

O Estado de São Paulo
Quinta-feira, 30 de outubro de 1997

A política econômica de Vargas

Nova obra de referência sobre o período se limita à inovação tecnológica

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Parece estar virando moda, em linha com o pensamento presidencial, criticar Getúlio Vargas como a encarnação dos maiores males republicanos. De fato, o presidente da República não perde oportunidade de lembrar as distorções provocadas pelos excessos normativos das políticas públicas instituída por Vargas desde 1930. Em contraste, a regra é um modelo altamente idealizado de JK, aviltando a memória quanto ao seu processo na pacificação política e entorpecendo-a quando se trata de rememorar a macroeconomia do homem cordial, que levou ao persistente desequilíbrio de contas públicas e, também, do balanço de pagamentos. Dentre um grande número de homens públicos republicais — dos quais nenhum, à exceção de Campos Sales, se destacou por dar grande importância ao seu legado financeiro —, no entanto, Juscelino Kubitschek se destacou como a expressão mais natada do “après moi, le déluge tropical”.

Na verdade, o Estado rentista que se remodelou principalmente entre 1930 e 1945 foi construído sobre os sólidos alicerces antiliberais da República Velha. O papel central da valorização do café pela acumulação estoques, somada a uma tarifa de importação extremamente alta, configura um quadro em que é impossível descobrir afinidades com o *laissez-faire*. A *belle époque* no Brasil passou ao fogo do liberalismo, tanto no aspecto político quanto no econômico. E não haja nenhuma dúvida quanto à solidez do arraigamento dessas distorções rentistas nos períodos presidenciais que se sucederam, até mesmo sob o regime militar, quando o recato cambial foi substituído pelo casuísmo dos subsídios creditícios e fiscais. Mesmo o atual governo revelou em alguns episódios, como, por exemplo, o do notório regime automotivo, certo saudosismo da tradicional política de distribuição de favores públicos.

Reconhecidos os malefícios do sistemático desprezo pela democracia que caracterizou o primeiro período Vargas, a avaliação da política econômica é bem mais favorável: política cafeeira razoavelmente bem-sucedida num quadro de enorme superprodução; renegociação da dívida externa até que se alcançasse acordo que reduzia em 50% o seu valor, políticas de estímulo ao comércio exterior com todos os parceiros; relativa austeridade financeira até 1942, inclusive com controle das finanças estaduais e municipais; e reaparelhamento institucional do Estado, também como produtor de bens e serviços. Neste último caso, certamente houve superdimensionamento da intervenção estatal, mas não é razoável julgar o governo com base em valores vigentes meio século depois. O delírio normativo era a regra em muitos países, entre os EUA. O problema é que o nosso delírio levou muito mais tempo a ser desmantelado. Provavelmente por ser confortável.

Seria provável que avaliação fosse reforçada pela divulgação de novos estudos sistemáticos de novas fontes disponíveis, mas o que se tem verificado é um grande desapontamento quanto a esses materiais que têm surgido recentemente. Primeiro, foi o diário de Vargas que decepcionou, ao alternar omissão com superficialidade quando trata dos temas econômicos mais importantes. Agora, é o CD-ROM *A Era Vargas 1º Tempo — Dos Anos 20 a 1945*, da Fundação Getúlio Vargas. Embora seja divertido ver as imagens e ouvir os sons, a qualidade do texto preocupa.

Várias explicações de natureza econômica estão equivocadas. As raízes da industrialização brasileira devem ser buscadas no encilhamento, e não no choque adverso provocado pela 1ª Guerra Mundial. O que quer dizer “desvalorizar a moeda nacional por meio do controle cambial”, política atribuída ao pobre Sousa Costa? Embora possa não satisfazer a vaidade nacional, a Cia. Vale do Rio Doce não foi criada, em 1942, em vista de “uma política mais agressiva, na área de exploração mineral”, mas, sim, como corolário da insistência britânica em criar fontes alternativas de minério de ferro de baixo teor de fósforo e, é claro, da disposição dos EUA de financiar a nova empresa.

Na longa lista de biografias, a escolha de nomes parece idiossincrática: por que, mesmo, teria sido incluída Berta Lutz e excluído Valentim Bouças, um dos personagens mais próximos de Vargas no período, com grande influência nos assuntos econômicos e financeiros? Gudin, ao contrário do que se diz, teve influência hem modesta nos anos Vargas. O liberal de plantão, favorável ao capital estrangeiro, era Bouças. A biografia de Roberto Simonsen é incompleta, sendo omitida a sua prisão em 1930, decorrente rife pendências relativas a empréstimos do café pela Casa Lazards, de Londres, da qual foi representante na década de 20. Os tempos de Fiesp vieram depois. Terá sido o movimento estudantil mais importante no período do que o futebol ou o rádio? Na cronologia apresentada assim parece: 1938 foi o ano do II Congresso Nacional de Estudantes e de muitas outras coisas, mas nenhuma referência se fez à Copa do Mundo de 1938, a Gagliano Neto ou a Leônidas da Silva. E assim por diante.

Como já se disse a respeito dos diários, leitura obrigatória, decepção quase certa. Vamos aguardar o segundo volume, sobre o período de 1945 a 1954. A política econômica do segundo período Vargas certamente foi menos acertada que a do primeiro. Seria desejável que essa ordem fosse invertida e o segundo CD-ROM superasse a qualidade do primeiro.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.